



**Município de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil**

MENSAGEM AO PROJETO DE LEI Nº 044, de 30 de junho de 2025

À Exma. Senhora

Vereadora KAYANNE NASCIMENTO BRAGA

PRESIDENTE da Câmara Municipal de Vereadores

NESTA CIDADE

Colenda Câmara Municipal de Vereadores,
Senhora Presidente,

Apresentamos para apreciação e deliberação dessa Colenda Câmara Municipal de Vereadores, o presente Projeto de Lei que “Dispõe sobre a remoção de veículos abandonados em logradouros públicos do município de Campo Bom.”

1. Do Contexto e da Justificativa: Um Desafio Urbano Crescente

A questão dos veículos abandonados em logradouros públicos tem se manifestado como um problema crescente e multifacetado em diversas cidades brasileiras, e Campo Bom, infelizmente, não é uma exceção a essa realidade. Tais veículos, muitas vezes em avançado estado de deterioração, não apenas representam um problema estético e de degradação da paisagem urbana, mas geram uma série de impactos negativos que afetam diretamente a qualidade de vida da população, a segurança pública e o meio ambiente.

Como bem apontado em diversas análises e experiências de outros municípios, a presença de pátios cheios de veículos abandonados ou carcaças espalhadas pelas ruas contribui significativamente para a degradação estética urbana, desvalorizam propriedades e, em última instância, desencorajam investimentos e o senso de comunidade. A Exposição de Motivos da proposta de lei de Campo Bom, bem como outras análises, reforça que o abandono de veículos não é meramente uma questão visual ou de ocupação de espaço público; é um problema que se ramifica em diversas esferas, impactando a saúde pública e a segurança.

Entre os principais problemas decorrentes do abandono de veículos, destacam-se:

- **Impacto Ambiental e de Saúde Pública:** Veículos abandonados transformam-se em focos propícios para a proliferação de vetores de doenças, como o temido mosquito *Aedes aegypti*, transmissor da dengue, zika e chikungunya, devido ao acúmulo de água em pneus, latarias e outras partes. Além disso, a preocupação com o meio ambiente é latente: fluidos tóxicos, como óleo do motor, combustível e fluidos de bateria, podem vazar e contaminar o solo e as águas subterrâneas, representando um sério risco ambiental e à saúde humana. A Prefeitura de Vitória, por exemplo, já destacou que a presença desses veículos atrai mosquitos, roedores e insetos, combatendo o problema com legislação própria.
- **Segurança Pública:** Carcaças de veículos podem servir como esconderijos para criminosos, pontos de uso de drogas, depósito de lixo e entulho, ou até mesmo serem utilizados para práticas ilícitas, aumentando a sensação de insegurança e o risco de acidentes para os



Município de Campo Bom Estado do Rio Grande do Sul – Brasil

cidadãos. A degradação do ambiente urbano, muitas vezes associada a esses veículos, pode criar um ambiente propício para a criminalidade.

- **Obstrução do Espaço Público e Mobilidade Urbana:** Veículos abandonados ocupam vagas de estacionamento que são essenciais para a fluidez do trânsito e o acesso ao comércio e serviços. Além disso, obstruem calçadas, dificultando a mobilidade de pedestres, cadeirantes e ciclistas, e comprometendo o direito fundamental de ir e vir dos cidadãos.
- **Degradação Urbana e Poluição Visual:** A presença desses bens deteriorados contribui para a desvalorização de imóveis no entorno e para a construção de uma imagem de abandono e descuido do espaço público, afetando diretamente o bem-estar e o orgulho da comunidade. É um fator que desestimula o investimento e a manutenção da infraestrutura urbana.
- **Onerosidade aos Cofres Públicos:** A falta de regulamentação clara para a remoção desses bens gera impasses administrativos e onera os cofres públicos quando a intervenção se torna inevitável, seja pelos custos de remoção, armazenamento ou destinação final.

Diante desse cenário complexo e multifacetado, a presente proposição legislativa se faz não apenas necessária, mas imperativa. Ela busca dotar o Poder Executivo Municipal de um instrumento legal robusto e claro para enfrentar essa problemática de forma proativa e eficiente.

2. Dos Objetivos da Proposição: Um Marco Legal para Campo Bom

O presente Projeto de Lei tem como objetivo primordial regulamentar, de forma clara e objetiva, as hipóteses de apreensão, perda e destinação de veículos e seus fragmentos abandonados nas vias e estacionamentos públicos do Município de Campo Bom, conforme expresso no *Art. 1º* do projeto:

"Esta Lei regulamenta as hipóteses de apreensão, perda, e destinação de veículos abandonados no Município de Campo Bom."

Busca-se, com isso, alcançar os seguintes objetivos estratégicos:

- **Definir com precisão** o que constitui um veículo em situação de abandono, eliminando subjetividades e garantindo a uniformidade na aplicação da lei.
- **Estabelecer um rito processual** transparente e justo para a notificação dos proprietários e a remoção compulsória dos bens, assegurando o devido processo legal e a ampla defesa.
- **Oferecer a possibilidade de entrega voluntária** do veículo pelo proprietário, desburocratizando o descarte e incentivando a corresponsabilidade cidadã.
- **Determinar os critérios para a destinação final** dos veículos não reclamados, seja por leilão público ou reciclagem, garantindo uma solução ambientalmente adequada e, quando possível, a recuperação de recursos.
- **Promover a recuperação dos espaços públicos**, a melhoria da estética urbana e a eliminação de riscos à saúde e segurança da população, contribuindo para um ambiente urbano mais limpo, seguro e organizado.

3. Dos Principais Dispositivos da Lei: Detalhamento e Inovação

A estrutura do projeto de lei foi concebida para abordar de maneira completa e equitativa todas as fases do processo de remoção e destinação de veículos abandonados, demonstrando um cuidado com a legalidade e a eficiência:



Município de Campo Bom Estado do Rio Grande do Sul – Brasil

3.1. Definição de Abandono (Art. 2º)

O projeto inova ao estabelecer critérios claros e objetivos para a caracterização de um veículo como abandonado, indo além do mero tempo de permanência. Conforme o Art. 2º, considera-se veículo em situação de abandono aquele que:

"I - estiver estacionado em via pública ou estacionamento público do Município de Campo Bom, em local permitido, por prazo superior a 15 (quinze) dias; e II - apresentar visível mau estado de conservação, caracterizado por 1 (um) ou mais dos seguintes aspectos: a) inapto à utilização; b) vandalizado; c) queimado; d) em nítido mau estado, em decorrência do tempo ou de ação voluntária; e) carroceria com sinais evidentes de severa colisão ou de ferrugem significativa; f) ao menos 2 (dois) pneus murchos ou com ausência de rodas; g) sem placas ou identificação; ou h) depositado em partes fracionadas, como carroceria ou chassi."

O *Parágrafo único* do Art. 2º detalha como o tempo de abandono será computado, conferindo transparência e rastreabilidade ao processo. A contagem se dará a partir da comunicação do estado de abandono, que poderá ser formulada:

"I - por denúncia de qualquer cidadão; II - por comunicação voluntária do proprietário ou possuidor do veículo; ou III - por constatação dos agentes da administração pública mediante lavratura do respectivo termo."

Essa flexibilidade permite que a administração pública seja acionada por diferentes vias, agilizando a identificação e o tratamento dos casos.

3.2. Procedimento de Notificação e Remoção (Art. 3º)

O projeto prevê um rito processual que busca garantir o devido processo legal e a ampla defesa do proprietário. O Art. 3º estabelece que, constatada a situação de abandono e sendo possível a identificação do proprietário, os Agentes de Fiscalização de Trânsito procederão à sua notificação, concedendo-lhe o prazo de 20 (vinte) dias para a retirada voluntária do veículo.

A notificação poderá ser realizada por meios modernos, como aplicativo de mensagens, conforme o § 1º, ou pessoalmente, caso a identificação por aplicativo não seja possível (§ 2º). Além disso, o § 3º prevê a afixação de um adesivo sobre o bem, comunicando o prazo máximo para sua remoção voluntária. Essa medida é fundamental para dar ciência ao responsável e incentivar a resolução do problema antes da intervenção compulsória.

O veículo removido compulsoriamente será encaminhado para depósito ou outro local determinado pelo Município de Campo Bom, onde permanecerá pelo prazo de 60 (sessenta) dias, às expensas de seu proprietário ou responsável (§ 4º).

O § 5º do Art. 3º aborda situações específicas, como veículos com gravame judicial, determinando que o Município comunicará o juízo competente, dando-lhe ciência sobre o local e o início dos procedimentos, em conformidade com o Código de Trânsito Brasileiro (Lei Federal nº 9.503/1997).

Adicionalmente, o § 6º estende a aplicabilidade da lei a outras situações que contribuem para a desordem urbana, como:



Município de Campo Bom Estado do Rio Grande do Sul – Brasil

"I - abandono de reboques artesanais sem placas ou com numeração de chassi ilegível, de carrinhos de propulsão humana ou de carroças em situação de abandono; e II - abandono de frações de veículos, tais como chassi, carroceria, baús ou quaisquer outros componentes." Essa abrangência demonstra a preocupação em cobrir diversas formas de ocupação indevida do espaço público.

3.3. Entrega Voluntária (Art. 4º)

Reconhecendo que muitos proprietários desejam descartar seus veículos, mas encontram dificuldades ou custos elevados, o *Art. 4º* oferece uma solução prática e desburocratizada:

"O proprietário de veículo que se enquadre nas hipóteses do art. 2º. desta Lei fica autorizado a efetuar sua entrega voluntária ao Município para fins de descarte mediante assinatura de termo de doação ou equivalente."

Essa medida agiliza o processo para o cidadão e para a administração, pois o Município procederá à remoção do veículo sem a necessidade de cumprimento do prazo de 20 dias para retirada (§ 1º). É importante ressaltar que, mesmo na entrega voluntária, as despesas de remoção e descarte permanecem sob responsabilidade do proprietário (§ 2º), e o Poder Executivo regulamentará as condições de preço público sobre essas despesas (§ 3º). Essa disposição incentiva a responsabilidade do proprietário ao mesmo tempo em que oferece um caminho legal e eficiente para o descarte.

3.4. Destinação Final (Art. 5º)

Após o período de permanência em depósito e na ausência de manifestação do proprietário, o Município fica autorizado a dar a destinação final ao bem, conforme o *Art. 5º*:

"I - leilão público ou modalidade equivalente, preferencialmente; ou II - baixa do seu registro e encaminhamento para reciclagem ou inclusão em programa municipal de descarte de material daquela espécie, tratando-se de sucata."

Essa dualidade de opções garante a máxima eficiência e sustentabilidade no tratamento desses bens. O leilão público pode, inclusive, gerar receita para os cofres municipais, enquanto a reciclagem garante que os bens não fiquem indefinidamente em depósitos públicos, gerando custos e ocupando espaço, e que tenham uma destinação final que minimize os impactos ambientais.

4. Da Competência Municipal: Respaldo Legal

A proposição encontra sólido respaldo na competência dos Municípios para legislar sobre assuntos de interesse local, conforme o *Art. 30, inciso I*, da Constituição Federal. A organização do espaço urbano, a saúde pública, a segurança e a limpeza das vias são matérias de inequívoco interesse local, cabendo ao poder público municipal a regulamentação e fiscalização. Ademais, a legislação proposta dialoga harmoniosamente com as disposições do Código de Trânsito Brasileiro (Lei Federal nº 9.503/1997), em especial no que tange à responsabilidade do proprietário e às medidas administrativas aplicáveis, garantindo a segurança jurídica da medida.



Município de Campo Bom Estado do Rio Grande do Sul – Brasil

5. Dos Benefícios Esperados: Um Futuro Mais Organizado para Campo Bom

A aprovação deste Projeto de Lei trará múltiplos e significativos benefícios à população de Campo Bom, impactando positivamente diversas áreas da vida urbana:

- **Requalificação Urbana:** Contribuirá diretamente para a desobstrução das vias e calçadas, a recuperação de vagas de estacionamento e uma melhoria significativa na paisagem urbana, tornando a cidade mais agradável e funcional.
- **Aumento da Segurança:** Eliminará pontos de insegurança, reduzindo a ocorrência de crimes e atos de vandalismo frequentemente associados a veículos abandonados, promovendo um ambiente mais seguro para todos.
- **Proteção à Saúde Pública:** Combaterá eficazmente a proliferação de vetores de doenças, como o mosquito *Aedes aegypti*, ao remover locais de acúmulo de água e lixo, protegendo a saúde dos munícipes.
- **Preservação Ambiental:** Garantirá o descarte adequado de sucatas e materiais perigosos, minimizando a contaminação do solo e da água, e promovendo a sustentabilidade ambiental.
- **Ordem e Legalidade:** Estabelecerá um procedimento claro, legal e transparente para a remoção desses veículos, conferindo segurança jurídica tanto à administração quanto aos cidadãos, e fortalecendo o cumprimento das normas.
- **Estímulo à Responsabilidade Cidadã:** Ao definir as responsabilidades do proprietário e oferecer canais para o descarte adequado, a lei incentiva a corresponsabilidade pela manutenção da ordem pública e do patrimônio coletivo.

6. Conclusão: Um Passo Essencial para o Desenvolvimento Urbano

Em suma, o presente Projeto de Lei representa um avanço fundamental na gestão do espaço público e na promoção da qualidade de vida em Campo Bom. Ao instituir um mecanismo eficaz para lidar com o problema dos veículos abandonados, a proposição não apenas resolve uma questão prática e urgente, mas também reforça o compromisso do Poder Público com a segurança, a saúde, o bem-estar e a estética de seus cidadãos.

Conto com o apoio e a sensibilidade dos nobres pares para a aprovação desta importante matéria, que certamente trará resultados positivos e duradouros para a nossa comunidade, consolidando Campo Bom como um município que preza pela ordem, limpeza e qualidade de vida de seus habitantes.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO BOM, 30 de junho de 2025.

GIOVANI BATISTA FELTES,
Prefeito municipal.



**Município de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil**

PROJETO DE LEI Nº 044, de 30 de junho de 2025.

**DISPÕE SOBRE A REMOÇÃO DE VEÍCULOS
ABANDONADOS EM LOGRADOUROS PÚBLICOS DO
MUNICÍPIO DE CAMPO BOM.**

Art. 1º. Esta Lei regulamenta as hipóteses de apreensão, perda, e destinação de veículos abandonados no Município de Campo Bom.

Art. 2º. Para os fins desta Lei, considera-se veículo em situação de abandono aquele que:

I - estiver estacionado em via pública ou estacionamento público do Município de Campo Bom, em local permitido, por prazo superior a 15 (quinze) dias; e

II - apresentar visível mau estado de conservação, caracterizado por 1 (um) ou mais dos seguintes aspectos:

- a) inapto à utilização;
- b) vandalizado;
- c) queimado;
- d) em nítido mau estado, em decorrência do tempo ou de ação voluntária;
- e) carroceria com sinais evidentes de severa colisão ou de ferrugem significativa;
- f) ao menos 2 (dois) pneus murchos ou com ausência de rodas;
- g) sem placas ou identificação; ou
- h) depositado em partes fracionadas, como carroceria ou chassi.

Parágrafo único. O tempo de abandono do veículo será contado a partir da comunicação do estado de abandono, que poderá ser formulada:

I - por denúncia de qualquer cidadão;

II - por comunicação voluntária do proprietário ou possuidor do veículo; ou

III - por constatação dos agentes da administração pública mediante lavratura do respectivo termo.

Art. 3º. Constatada a situação de abandono do veículo, e sendo possível a identificação de seu proprietário, os Agentes de Fiscalização de Trânsito procederão à sua notificação, concedendo-lhe o prazo de 20 (vinte) dias para a retirada voluntária do veículo da via pública ou do estacionamento público, sob pena de remoção compulsória.

§ 1º. A notificação poderá ser realizada por meio de aplicativo de mensagens na forma definida por Decreto regulamentador.

§ 2º. A notificação será pessoal se não for possível a identificação do proprietário do veículo por meio de aplicativo de mensagens.

§ 3º. Na hipótese de não ser possível a identificação do veículo e seu proprietário, será afixado adesivo sobre o mesmo comunicando do prazo máximo para sua remoção voluntária previsto no caput deste artigo.

§ 4º. O veículo removido compulsoriamente será encaminhado para depósito ou outro local assim determinado pelo Município de Campo Bom, no qual permanecerá pelo prazo de 60 (sessenta) dias, às expensas de seu proprietário ou responsável.

§ 5º. Na hipótese de o veículo apresentar gravame judicial, o Município comunicará o juízo competente, dando-lhe ciência sobre o local em que se encontra e sobre o início da adoção dos procedimentos previstos nesta Lei, nos termos dos arts. 279-A e 328 da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro.



**Município de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil**

§ 6º O disposto no § 3º deste artigo aplica-se, ainda, nas hipóteses de:

- I - abandono de reboques artesanais sem placas ou com numeração de chassi ilegível, de carrinhos de propulsão humana ou de carroças em situação de abandono; e
- II - abandono de frações de veículos, tais como chassi, carroceria, baús ou quaisquer outros componentes.

Art. 4º. O proprietário de veículo que se enquadre nas hipóteses do art. 2º. desta Lei fica autorizado a efetuar sua entrega voluntária ao Município para fins de descarte mediante assinatura de termo de doação ou equivalente.

§ 1º. Formalizada a entrega voluntária e a doação, nos termos do caput deste artigo, o Município procederá à remoção do veículo, sem necessidade do cumprimento do prazo previsto no caput do art. 3º. desta Lei.

§ 2º. As despesas de remoção e descarte do veículo serão de responsabilidade do proprietário.

§ 3º. O Poder Executivo regulamentará as condições de preço público sobre essas despesas.

Art. 5º. Na hipótese do proprietário ou responsável não providenciar a retirada do veículo do pátio ou depósito no prazo e na forma estabelecidos nesta Lei, o Município fica autorizado a adotar as seguintes providências, a seu critério e conforme o estado do bem:

- I - leilão público ou modalidade equivalente, preferencialmente; ou
- II - baixa do seu registro e encaminhamento para reciclagem ou inclusão em programa municipal de descarte de material daquela espécie, tratando-se de sucata.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO BOM, 30 de junho de 2025.

GIOVANI BATISTA FELTES,
Prefeito Municipal.